

Economia

SALÁRIOS

Na última sessão do ano, ao mesmo tempo em que votaram o aumento dos funcionários, os deputados reajustaram seus ganhos: passam a receber em janeiro o equivalente ao preço do Del Rey.

Deputados agora ganham Cz\$ 7,5 milhões

Cz\$ 7,5 milhões, ou o equivalente a um Del Rey zerinho, ou ainda 117 vezes mais do que o valor do salário mínimo aprovado pelo Congresso, é o que vai ganhar cada deputado e senador a partir de janeiro. A decisão foi tomada ontem pelos parlamentares, na última sessão do ano do Congresso ao votarem o percentual de reajuste do funcionalismo, corrigindo as defasagens entre o índice oficial de inflação (IPC) e o índice de correção de salários (URP). Os servidores civis e militares da União terão uma reposição de 60%.

“É um absurdo, como é que vamos justificar nossos salários?” reagiu o vice-líder do PT, Virgílio Guimarães, na reunião de lideranças partidárias para analisar o projeto de lei que acabara de ser enviado pelo Executivo. Todas as lideranças concordaram que não se devia aplicar esse índice de 60% à remuneração dos parlamentares, ministros de Estado e do STF. Lembravam que há menos de um mês o Congresso aprovara os novos subsídios parlamentares, com péssima repercussão perante a opinião pública.

Os líderes sustentaram esta posição na reunião mas, providencialmente, chegaram atrasados à sessão do Congresso na qual poderiam propor a não incidência dos 60% sobre os salários dos parlamentares. Aparentemente para sorte deles, porque muitos de seus liderados, situados inclusive à esquerda do espectro político, consideraram “irresponsável” esta opinião porque, posta em prática, iria implicar na manutenção dos atuais rendimentos. “Já não tivemos aumento nenhum para compensar o pagamento do Imposto de Renda e agora querem abrir mão de um reajustamento?”, reagiu indignado o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

“Sou um deputado de primeiro mandato”, também reagiu indignado o deputado Jairo Carneiro (PFL-BA). “Por que isso agora? Quero independência para bem exercer meu mandato. Temos de ganhar bem.”

No início de dezembro, os parlamentares aprovaram a nova forma de remuneração (ver matéria abaixo), adaptando-se à Constituição. Não aumentaram a remuneração global, mas subiram a ajuda de custo, paga em duas parcelas, no início e no fim do ano, o que passou a representar quase um 13º salário.

O aumento de salário de ontem é o mesmo índice médio de reajuste do funcionalismo público. A legislação estabelece que os vencimentos dos parlamentares federais devem ser corrigidos segundo os índices concedidos ao funcionalismo público. Os 60% representam, em média, a diferença entre os reajustes nos salários de janeiro a dezembro deste ano e o IPC.

Os parlamentares, que antes praticamente não pagavam Imposto de Renda, descontam na fonte em janeiro em média Cz\$ 1 milhão para o salário de Cz\$ 7,5 milhões.

A Câmara aprovou que além do reajuste de 60% haverá um abono de Cz\$ 60 mil mensais para todos os servidores, inclusive os parlamentares e ministros do Judiciário. As lideranças partidárias tinham concordado que o reajuste pode repercutir mal na opinião pública e decidiram abrir mão do abono de Cz\$ 60 mil, ficando com a reposição de 60%.

Rapidez

A Câmara dos Deputados levou menos de 15 minutos para aprovar o projeto de lei encaminhado pela manhã ao Congresso Nacional, fixando novo reajuste salarial do funcionalismo público civil e militar da administração direta, das autarquias, das fundações e dos extintos territórios federais, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1989.

Para cerca de 60% dos servidores públicos, que têm data-base em janeiro, o reajuste concedido, fora o abono, deverá situar-se em torno de 62%, a depender ainda da inflação de dezembro.

O abono concedido antes para os meses de novembro e dezembro (de Cz\$ 25 mil e Cz\$ 31 mil) será descontado do salário do servidor, antes que se proceda aos cálculos do novo reajuste. Tomando como exemplo um servidor que em dezembro ganhe Cz\$ 76.850,00, incluindo-se aí o salário mais abono antigo, de Cz\$ 31 mil, para calcular o seu reajuste, deve proceder-se do seguinte modo: retira-se dos Cz\$ 76.850 os Cz\$ 31 mil do abono de dezembro e chega-se ao valor de Cz\$ 45.850,00 que é quanto o servidor deveria estar ganhando, sem o abono de Cz\$ 31 mil de dezembro. Se este servidor tiver data-base no mês de janeiro (como ocorre com 60% do total dos servidores da administração direta), e se a inflação deste mês de dezembro for de 28%, aplica-se 62% sobre o salário de Cz\$ 45.850,00, passando o salário para Cz\$ 74.277,00.

A este novo valor, finalmente, acrescenta-se o abono de Cz\$ 60 mil, e o rendimento final do servidor do exemplo passa assim para Cz\$ 134.277,00.

Este abono de Cz\$ 60 mil, segundo prevê a Lei aprovada ontem, será reajustado pela URP, todo mês, a partir de fevereiro. Contudo, não servirá de base de cálculo de qualquer vantagem ou parcela de remuneração, ressalvadas a gratificação de Natal e a remuneração das férias.

Com o novo reajuste e com o abono, o menor salário de um servidor público da administração direta passa a partir de janeiro para Cz\$ 132.540,80, e o maior, para Cz\$ 2.889.580,80, desde que a inflação de dezembro seja de 25%.